

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO E PESSOAS SURDAS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

REFLECTIONS ABOUT THE RELATIONSHIP WORK AND DEAF PEOPLE: A STATE OF KNOWLEDGE

REIS, Marlene Barbosa de Freitas.

MORAIS, Isadora Cristinny Vieira de.

Resumo: O presente texto apresenta reflexões decorrentes de estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa - Diversidade e Inclusão: Desafios e Perspectivas na Educação¹ - vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, diversidade e Inclusão (GEPEDI²) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O trabalho aborda problemáticas inerentes à significação da categoria trabalho e seu reflexo na vida das pessoas surdas num contexto de desigualdades em todas as dimensões. Nessa perspectiva, este texto está permeado por reflexões inerentes à relação surdo-trabalho, compreendendo esta categoria como processo de humanização e a atual situação excludente enfrentada pelas pessoas surdas em diversos âmbitos sociais. Nesse segmento, do ponto de vista metodológico, a discussão centrada na relação trabalho-surdo se configura em uma pesquisa qualitativa bibliográfica. Para tanto, fundamenta-se em autores como Albornoz (2004), Saviani (2017), Antunes (2012), Marx e Engels (2008). Diante da pesquisa realizada, é possível compreender que o sentido do trabalho e sua significação imposta aos surdos passa por um processo de estranhamento e expropriação destituída de meio humanizador à mera mercadoria do capital e parâmetro classificador de pessoas. Desse modo, a busca e as análises subsequentes realizadas demonstram a necessidade de continuação da pesquisa que investigue a categoria trabalho como ontologia e sua relação com os surdos em diversos âmbitos sociais.

Palavras-chave: Trabalho. Surdo. Humanização. Capitalista. Estado do conhecimento.

Abstract: This text presents reflections arising from studies developed in the research project Diversity and Inclusion: Challenges and Perspectives in Education linked to the Study and Research Group in Education, Diversity and Inclusion – GEPEDI of the State University of Goiás (UEG). In this sense, the work addresses issues inherent to the meaning of the work category and its impact on the lives of deaf people in a context of inequalities in all dimensions. In this perspective, this text permeated by one of objective knowledge by questions about the investigation of the deaf-work relationship, in view of this category as a process of humanization and the current exclusionary situation faced in various social spheres. In this segment, from the methodological point of view, this discussion centered on the work-deaf relationship is configured in a qualitative bibliographic research. To do so, it is based on authors

¹ Projeto de pesquisa aprovado e cadastrado na plataforma Athena/UEG para o período 2020-2022. Disponível em: <https://www.adms.ueg.br/athena/modulos/projeto/lista-projetos.xhtml?cid=3&nocid=true>. Acesso em: 08 junho 2022.

² Grupo cadastrado no Diretório dos Grupos e Pesquisa no Brasil, CNPq. Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8099952118699877. Acesso em: 08 junho 2022.

such as Albornoz (2004), Saviani (2017), Antunes (2012), Marx and Engles (2008). In view of the research carried out, it is possible to understand that the meaning of work and its meaning imposed on the deaf goes through a process of estrangement and expropriation devoid of humanizing means to the mere commodity of capital and a parameter that classifies people. Thus, the search and subsequent analyzes carried out demonstrate the need to continue the research that investigates the work category as ontology and its relationship with the deaf in different social areas.

Keywords: Work. Deaf. Humanization. Capitalist. State of knowledge.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante de uma realidade social, econômica e educacional que possui um caráter eminentemente egocêntrico, o aprofundamento de estudos e pesquisas relacionados à promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva às pessoas com deficiência auditiva e uma possível extinção de acontecimentos de preconceito e exclusão, constitui problemática historicamente construída e vivenciada pela humanidade. O preconceito e a exclusão remontam à história da humanidade e, na atualidade, podemos observar um crescente processo de desvelar e confrontar de tais problemáticas advindos da visibilidade que constantes lutas por reconhecimento das pessoas marginalizadas obtiveram em prol do reconhecimento do fato inegável da diversidade humana. No entanto, esse processo paulatino de enfrentamento acaba sendo contraposto devido a parâmetros capitalistas de desigualdades, por consequente inibição do processo de humanização através do trabalho como categoria ontológica.

Não é possível isolar o trabalho como fenômeno destituído de complexidades humanas e sociais, pelo contrário, sua constituição é transpassada por tais características e complexidades. Diante disso, sua natureza exige diálogo com outros saberes, conhecimentos e fenômenos como a educação e sistema socioeconômico. Assim, é possível perceber a magnitude do estudo de fatores que envolvem a significação da categoria trabalho em relação à especificidade comunicacional dentro do processo de inserção das pessoas com surdez em todos os âmbitos sociais.

À vista disso, entendemos que a função social da pesquisa científica se encontra na problemática da busca por entendermos qual sentido de humanidade está sendo engendrada atualmente, se é operacional ou emancipatória. Desse modo, a investigação de pesquisas e produções científicas precisa estar pautada em sentido crítico de compreensão dessa realidade

e de seus elementos para a superação de uma sociedade do conhecimento e suas fragmentações, fragmentação da pesquisa e concepção mercadológica neoliberal (CHAUI, 2003).

Diante disso, o estudo desenvolvido neste trabalho possui objetivo de apresentar reflexões decorrentes de estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa Diversidade e Inclusão: Desafios e Perspectivas na Educação, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, diversidade e Inclusão (GEPEDI) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Nesse sentido, o trabalho aborda um estado do conhecimento sobre a discussão da relação surdo-trabalho e o processo de humanização, para, então, investigar a relevância de produções que abordam a temática, tendo em vista a contribuição da pesquisa para o avanço tanto social quanto científico (sobretudo sob a perspectiva da categoria trabalho como ontologia e a atual situação excludente em inúmeros âmbitos sociais). Para tanto, o percurso metodológico foi ancorado na realização de um estado do conhecimento dos últimos cinco anos de pesquisas relativas ao tema e posterior análise das produções fundamentadas teoricamente em estudos qualitativos bibliográficos de autores que discorrem sobre a categoria trabalho como ontologia, direito de todo e qualquer ser humano.

Nesse segmento, compreendemos o estado do conhecimento como um procedimento científico relevante para o levantamento do que tem sido estudado, bem como no sentido de identificar o que ainda não foi investigado, quais as contribuições que os estudos realizados apresentam e quais as lacunas ainda existentes em relação a determinada temática. Dessa forma, o período de cinco anos estabelecido para busca e investigação das produções (de 2017 a 2021), se pauta na compreensão de que uma das principais finalidades da pesquisa científica é a de contribuição e continuação do avanço da sociedade e seus conhecimentos.

Ancorado nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entendemos tal período como vinculativo entre as produções, instituições e pesquisadores. Além disso, é possível observar um movimento historicamente constituído de crescente afunilamento de problemáticas inclusivas que estão sendo desveladas no cenário desafiador contemporâneo, sobretudo, quando colocamos questões sobre problemáticas que permeiam a construção legislativa do Brasil em relação à constituição de uma sociedade inclusiva em âmbitos educacionais e sociais.

Vemos, por exemplo, que muito se avançou nos últimos cinco anos em prol da inclusão das pessoas surdas, como a aprovação da Lei da Educação Bilíngue (BRASIL, 2021). A vista

disso, entendemos o papel fundamental da pesquisa no avanço de estudos e conquistas como estas, mas que ainda precisam de maiores investigações quando tratamos da concretização de tais direitos e inclusão social dessas pessoas com garantia dos direitos à constituição humana, ao trabalho e à dignidade.

O principal problema investigado centrou-se em identificar como as investigações científicas tratam a relação da inserção no mundo do trabalho e o processo de humanização relativo às pessoas surdas. Para tanto, como fundamentação teórica nos pautamos em autores como Albornoz (2004), Saviani (2017), Antunes (2012), Marx e Engles (2008), dentre outros. Nesse sentido, realizamos um percurso de conceituação do trabalho como ontologia, investigação da relação de pesquisas elencadas na busca do estado com posterior análise dos estudos que contemplem o objetivo proposto.

A relação trabalho e pessoas surdas: um estado do conhecimento

De um lado, políticas públicas, “lei de cotas” como a Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991), crescimento paulatino do movimento inclusivo no Brasil e luta para assegurar os direitos fundamentais. De outro, tensões entre o legal e o real, políticas públicas contraditórias quanto ao movimento de inclusão e exclusão, lógica capitalista, capacitismo e desigualdades em suas diversas facetas educacionais e sociais. Este é um dos grandes paradoxos vivenciados na atualidade brasileira por sujeitos diversos e que possuem algum tipo de deficiência. Neste contexto, podemos observar um grande desafio àqueles que buscam a concretização da inclusão em seus âmbitos sociais, pela ratificação de direitos e de humanização por meio do trabalho devido ao contexto atual de constante estratificação e negação de direitos basilares, sobretudo, àqueles que enfrentam algum tipo de especificidade – como a comunicacional vivida pelos surdos.

Diante disso, podemos abstrair a indissociabilidade entre trabalho, educação, humanização, ser social e política. Objetivando expor problemáticas que ainda necessitam de olhares atentos, há a necessidade de exploração de questões estudadas para a identificação do que ainda necessita de maior aprofundamento, tanto para continuação da pesquisa, quanto para evidenciar as constantes negações de questões reais de problemas que vão desde a educação a

questões de trabalho, os quais se estendem em todas as áreas da vida social dos sujeitos colocando em questão seu processo de constituição de humanidade.

Nessa conjuntura, é importante salientarmos que estudos sobre o estado do conhecimento, conforme Romanowski e Ens (2006, p. 39)

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Por meio do estado do conhecimento desenvolvido, foi possível apreender que questões relacionadas ao trabalho e, em específico, ao trabalho da pessoa surda ainda são pouco investigadas se levarmos em consideração tamanha relevância de assegurar esse direito para a ontologia e apropriação de humanidade. Esse desenvolvimento é obstaculizado mediante preconceitos e lógicas descabidas que prezam por mais valia em detrimento do bem-estar social, fazendo com que o trabalho como categoria fundante do ser ontológico seja prejudicado – ou até impedido, pois, de acordo com as pesquisas analisadas resultantes do estado do conhecimento, como a de Silva (2017), muitos surdos acabam não tendo oportunidades de acesso e permanência nesta etapa.

Ao pensarmos acerca da relação surdo-trabalho estamos colocando em questão problemáticas ainda maiores que envolvem a conceituação da categoria trabalho frente ao contexto desafiador de dualidades entre produtividade/improdutividade, útil/inútil, ditados por parâmetros capitalistas de geração da mais valia. Desse modo, é inegável o fato de que é possível observamos que as heranças historicamente constituídas na organização da sociedade e suas relações socioeconômicas refletem diretamente nas relações entre ser humano e o trabalho, naquilo dito essencial, de direito fundamental, ontológico à questão somente de sobrevivência.

Diante da não neutralidade da educação e da pesquisa científica, compreendemos que tais heranças refletem diretamente nas questões investigadas nos estudos acadêmicos e em suas resultantes contribuições. À vista disso, muito do que tem sido produzido cientificamente é

transpassado pelos contextos, movimentos de constituição e manifestações de situações problemáticas históricas.

Nessa perspectiva, por meio da investigação do estado do conhecimento percebemos abordagens que levam em consideração as bases sociais nas quais estão ancoradas. O desenvolvimento de temáticas que perpassam a surdez está em movimento de expansão. Esse movimento pode ser observado nos avanços qualiquantitativos no crescente número de pesquisas relativas ao tema (como demonstramos posteriormente) e as conquistas legislativas com reconhecimento de direitos das pessoas surdas e suas especificidades, como a “Lei de Libras” (BRASIL, 2002), o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) e a lei de Educação Bilíngue (BRASIL, 2021).

Diante disso, ao identificarmos o avanço da pesquisa que envolve a pessoa surda, podemos destacar temáticas que vão do processo de escolarização a âmbitos de políticas públicas, mas que, muitas vezes, apresentam resultantes que colocam em xeque a concretização do processo de inclusão e de humanização dessas pessoas mediante negligência do desenrolar da superação de barreira comunicacional da vida em sociedade.

Perante tais observações, torna-se imprescindível a conceituação do que é trabalho como categoria fundante do ser ontológico para compreendermos o movimento de reflexão aqui pretendido de análise e problematização de pesquisas relacionadas à pessoa surda e ao trabalho. Assim, pretendemos contribuir para a continuação da pesquisa e sua relação com a vida em sociedade, sua significatividade científica e social, afinal “[...] a abordagem epistemológica funciona como um exercício de vigilância permanente. (...) Isto é, para revisar permanentemente os limites do próprio conhecimento e, assim, abrir novos horizontes para o desenvolvimento do conhecimento humano” (GAMBOA, 2012, p. 67).

Diante disso, por que entendermos o termo trabalho, investigar sua relação com a pessoa surda e as produções de conhecimento elaboradas ao longo dos anos se torna tão relevante? Justamente pelo fato de que esta categoria é fundamental nas construções sociais, na constituição de humanidade e dos contextos sociais ao longo da história, bem como da atual situação de controle capital. Diante disso, compreender a polissemia com que a categoria trabalho pode ser encarada, acrescido da relação com a deficiência, em específico dos surdos, envolve e interessa, principalmente, aos que são explorados nesse processo.

Ao refletir e debater sobre trabalho e pessoas surdas na sociedade contemporânea nos deparamos com problemáticas antigas ainda não superadas de preconceitos e validações/invalidações que assolam o país em pleno século XXI, sob contexto da lógica capitalista de produção, de acumulação e, não obstante, formação do homem moderno cada vez mais individualista, desumano que preza pelo ter, não pelo ser e o bem estar social. Saviani (2017) expõe a contradição na qual o sentido de trabalho se encontra na atualidade; segundo o autor:

A contradição entre o homem e o trabalho contrapõe o homem, enquanto indivíduo genérico, ao trabalhador. Nesse contexto, o trabalho que constitui a atividade especificamente humana por meio da qual o homem produz a si mesmo, se converte, para o trabalhador, de afirmação da essência humana, em negação de sua humanidade. O trabalho, fonte criadora da existência humana, elemento de humanização da natureza que liberta a humanidade do jugo natural, se constitui, na sociedade burguesa, em elemento de degradação e escravização do trabalhador (SAVIANI, 2017, p. 39-40).

O trabalho como forma de humanização foi colocado em cheque mediante inversão de valores e objetivos os quais tornaram o próprio homem subordinado à categoria. Tal inversão pode ser vista em como ocorrem as formas de produção capitalista.

Trabalho dentro do contexto histórico moderno atual de reconfiguração capitalista constitui conceituação e organização fragmentadas. A servidão humana que subordina a dignidade, liberdade e emancipação interseccionam relações entre trabalhador e produção (ALBORNOZ, 2004) e engendram contradições entre conhecimento, educação, formação, conhecimentos sobre meios de produção, trabalhador encarado como máquina e discursos capacitistas que envolvem o surdo e o trabalho.

Nessa perspectiva, o trabalho na organização capitalista tem sofrido um processo de desapropriação de seu sentido ontológico fundamental. No cenário do capital, a centralidade do trabalho se encontra na organização lucrativa, a qual lesiona o intercâmbio orgânico entre a natureza e o ser humano social, resultando em constantes crises e processos de reestruturação. Nesse meio, enquanto o trabalho perde sua qualidade subjetiva há um declínio do trabalho como forma de dignidade e emancipação nos planos prático e ideológico (ORGANISTA, 2006). Nesse contexto, a pessoa surda se encontra em constante negação de desenvolvimento do trabalho e seu processo humanizador devido a padrões capitalistas impostos, os quais julgam

uma pessoa como capaz ou incapaz, como contribuinte para o aumento da mais valia, ou não, com decorrente exclusão daqueles que não se encaixarem nos parâmetros de produção.

Nessa conjuntura, a ilusão de homens livres mediante a alienação ideológica, vela o desrespeito a questões de emancipação das pessoas surdas quando há criação de consciências determinadas por interesses – ideologias – que compõem o quadro de tentativa de homogeneidade capitalista. Do geral ao particular, a reflexão sobre trabalho enquanto categoria fundante do ser social e sua contextualização em situação capitalista expõe que questões relativas ao trabalho no Brasil não é resquício de uma sociedade escravocrata ou desigual do passado, mas que ainda é. Atualmente, vemos a utilização desse meio sendo legitimado por apatia socioeconômica que encontra viabilidade em desumanização de pessoas em nome da mais valia.

Diferentemente, na sociedade capitalista defrontam-se no mercado proprietários aparentemente iguais, mas de fato desiguais, realizando, sob aparência da liberdade, a escravização do trabalho ao capital (...) Essencialmente, de fato e materialmente, ele é escravo (SAVIANI, 2017, p. 37).

Frente à organização capitalista socioeconômica e as heranças burguesas escravocratas refletidas nas políticas do Brasil, questões de inclusão e exclusão estão constantemente presentes na discussão sobre o direito ao trabalho, à dignidade e emancipação, sobretudo, quando investigamos tais questões em relação ao respeito à especificidade comunicacional das pessoas surdas. Nesse segmento, compreender trabalho na contemporaneidade aponta à categoria fundamental de seu sentido nas construções sociais, de formas de controle, do ser humano e sua humanização (ALBORNOZ, 2004). Desse modo, mediante perspectiva filosófica, a emancipação humana das pessoas surdas pode ser caracterizada por perpassarem lutas por direitos de igualdade e direitos políticos enquanto cidadãos por meio da humanização permeada pelo trabalho – o qual produz um salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas.

A conceituação de trabalho está relacionada a um caráter ontológico, teleológico e de finalidade. De acordo com Lazzareschi (2007), trabalhar relaciona-se à criação de bens que satisfaçam determinada necessidade humana; nessa perspectiva, trabalho corresponde a uma atividade exclusivamente humana, possibilitada por nossa inteligência, intencionalidade e

natureza criativa para satisfação tanto de necessidades de sobrevivência quanto sociais. Assim, “o trabalho é, portanto, uma ação humanizadora da nossa espécie animal, isto é, humanizadora do próprio ser humano por ser a única ação a nos diferenciar de outros animais, tal como nos explica Karl Marx [...]” (LAZZARESCHI, 2007, p. 8).

Dessa forma, o trabalho fundante do ser social, possibilidade ontológica de evolução e revolução – pela superação do trabalho alienado e realização da utopia da emancipação (LUKÁCS apud ANTUNES, 2005) – é, inúmeras vezes, impossibilitado nas relações trabalhistas vivenciadas no cotidiano da vida dos surdos quando desvelamos o fato inegável de que a inclusão apresenta possibilidades, mas também desafios em sua concretização desde âmbitos educacionais até sua resultante concretização social e econômica. Nesse sentido, podemos abstrair o ponto fundamental entre o trabalho como forma de realização do homem e sua humanidade e, conseqüentemente, possibilidade de emancipação e desenvolvimento social.

De acordo com Marx, em suas articulações ontológicas com a educação, a relação entre necessidade, liberdade, emancipação, dignidade e trabalho formulam aspectos inerentes à apropriação de humanização em toda sua complexidade em processos educacionais e sociais históricos (ANTUNES, 2012). Desse modo, é possível observar tensões existentes em relação a quem foram atribuídas as condições de produção da vida, historicamente, as quais influenciaram questões como cidadania, emprego (relações de compra e venda) e a desapropriação do trabalho do ser, com expropriação de direitos fundamentais e criação de novos tipos de subordinação ao capital.

Em toda a história do capitalismo podemos constatar a perversidade da qual suas medidas de manutenção e continuação lançam mão, com uma expropriação altíssima do trabalho e direitos das pessoas. A manutenção de desempregos e outros aspectos relativos à sobrevivência e inclusão social, também têm sido formas de controle e ampliação de exploração. Diante disso, compreender as desigualdades educacionais e sociais, bem como os estudos realizados sobre tais problemáticas, possibilita a compreensão de lutas sociais que expõem movimento de crises e brechas do capital, sobretudo quando indagamos tais reflexos na vida das pessoas surdas.

Observamos, então, a situação de reestruturação do capital, a reorganização do tipo do trabalhador, a reestruturação produtiva e a ressignificação da categoria trabalho no atual contexto de reestruturação capitalista na sua fase de acumulação flexível. Diante desse

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202217

movimento, questionamos qual a real finalidade das construções sociais na contemporaneidade e quais são as prioridades da sociedade perante a realidade de necessidade de olhares atentos à questão da inclusão das pessoas surdas, educacional e socialmente, estar sendo efetiva ou expropriada juntamente com seu direito ao trabalho.

É relevante destacar que nesta nova fase do capitalismo percebe-se o avanço ainda maior sobre os direitos da classe trabalhadora de um modo geral. Isto porque, o capitalismo precisa ampliar a expropriação da força de trabalho para alcançar ainda mais acumulação. A partir dessas condições é que devemos situar as pessoas com deficiência, neste caso, os surdos. Esse movimento de lançar o olhar da discussão para um quadro geral nos ajuda a entender as dificuldades que estão postas àqueles que apresentam necessidades específicas; no contexto do capital, tensões entre inclusão e exclusão adquirem sentidos ainda mais marcantes.

Sendo assim, podemos observar certa perversidade ao indagarmos as relações de trabalho na vida das pessoas com deficiência, principalmente das que enfrentam barreiras específicas como os surdos. Conforme Antunes (2012, p. 64) um “salto ontológico” inerente a todo ser humano e sua existência por processo de abstração social é, muitas vezes, impossibilitado por estratificações entre pessoas e suas possíveis capacidades e aptidões. Aqueles que possuem alguma especificidade são rotuladas como inúteis perante estruturas capitalistas.

Tal processo de abstração social de caráter histórico engendra processos formativos, educacionais, de ser social e trabalho os quais são indissociáveis. Dessa forma, a transmissão de conhecimentos para tal apropriação e humanização que dá por meio educacional e cultural em toda sua complexidade em relação aos surdos, expõem a centralidade da relação trabalho e educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do ser humano. Diante disso, é possível apreendermos que uma das principais problemáticas que reverberam em toda a vida em sociedade e suas resultantes é o desvio de finalidade tanto da educação quanto do trabalho em seus sentidos e conceituações mais fundamentais de formação humana e apropriação de sua humanidade.

Não se pode conceber trabalho sem educação, pela qual se viabiliza processo de emancipação (ANTUNES, 2012). Em cenário dinâmico, de fazer humano em toda sua subjetividade, vemos trabalho como processo orgânico, que se forma e transforma de acordo com que novos fenômenos a ele são correlacionados, devido ao fato inegável da constante

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202217

construção e modificação de visões sobre sentidos de homem, sociedade e educação. À vista disso e da conceituação de trabalho anteriormente exposta, observamos a necessidade de identificarmos pesquisas desenvolvidas que se ocuparam de estudar trabalho e surdez.

A realização do estado do conhecimento sobre a temática das relações entre surdos e trabalho possibilitou constatar a necessidade de investigações em tal área e da exposição da percepção dos próprios sujeitos surdos sobre suas especificidades, reais necessidades na vida em sociedade e assecuração de direitos legalmente propostos, mas inúmeras vezes não concretizados. Do ponto de vista da pesquisa, o estado do conhecimento constitui busca, compilação e análise de estudos e produções a fim de contribuir para o avanço da pesquisa científica. Para a composição deste trabalho, realizamos uma seleção de pesquisas, as quais sofreram um processo de peneiramento que resultaram em quatro pesquisas relativas ao almejado neste estudo.

No estado em questão, pesquisamos os descritores “Trabalho” e “Surdo” no período de compilação de dados de 20 de dezembro de 2021 a 10 de janeiro de 2022, por meio da plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2022). Neste, foram elencadas pesquisas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, dos anos de 2017 a 2021 – como defendido no início deste texto.

Para esta busca, aplicamos os filtros de grande área de conhecimento (ciências da saúde, ciências humanas, ciências sociais aplicadas, linguística, letras e artes e multidisciplinar), área de conhecimento (administração, administração pública, antropologia, ciência política, comunicação, direito, economia, educação, educação especial, ensino profissionalizante, fonoaudiologia, planejamento educacional, psicologia, psicologia social, sociologia, serviço social, sociais e humanidades, sociologia do desenvolvimento e ética) e área de avaliação (antropologia/arqueologia, ciência política e relações internacionais, comunicação e informação, direito, economia, educação, filosofia, interdisciplinar, psicologia, serviço social e sociologia). Como resultado, foram listadas 34.242 pesquisas.

Diante da quantidade considerável de estudos, foi necessária uma seleção mais cuidadosa dos materiais, dos quais, inicialmente, selecionamos mediante análise inicial do título. Após esse movimento, foi possível apreender que em média 39,6% dos estudos listados não possuem vertente voltada nem à exploração sobre trabalho nem sobre o surdo e 34,15%

discorrem sobre o trabalho vinculado à formação e a profissões em determinadas áreas, mas não sobre tal categoria em específico e sem se vincular às questões dos surdos. Desse modo, mais da metade das pesquisas (73,75%) não contemplam a busca almejada nesse ensaio, mas foram listados no resultado da busca por pertencerem a programas que levam o termo trabalho em seus títulos ou investigam profissões em específico.

Posterior a essa seleção, analisamos as palavras-chave, problemas, objetivos e resumos das pesquisas que apresentavam intersecções com o estudo dos termos e fenômenos apresentados como fundamentais para este estudo. Nessa etapa, observamos que 27% das pesquisas encontradas, ou seja, 8.900 do total de produções que abarcam a questão dos surdos contém discussões de trabalho em outros vieses citados ou explorados sob perspectivas diversas e, nem sempre, com a relação surdo-trabalho explorada.

Constatamos que 1,75% das pesquisas discorrem sobre representações culturais dos surdos – no cinema e literatura, por exemplo – e como é desenvolvido o trabalho para tais resultantes. Em média, 3,15% das produções, apresenta seu foco na exploração do processo de escolarização e aprendizagem dos surdos com o trabalho desenvolvidos em escolas e instituições educativas.

Em continuidade, cerca de 1,6% dos estudos exploram o processo de aquisição de segunda língua com foco no trabalho dos professores, 5,1% das pesquisas abordam problemáticas relativas a temas sobre o trabalho, formação, prática de profissionais (professores e intérpretes) e ensino de determinadas disciplinas, e, 2,5% discorrem sobre a observação, investigação e análise de instituições que possuíam discentes surdos, de como eram desenvolvidos o trabalho docente em tais locais. Dentre os resultados da busca, 0,4% das pesquisas exploram o tema de sexualidade dos surdos em relação ao desenvolvido em âmbito educacional, 1,75% analisam questões legislativas e de políticas públicas inclusivas relativas às necessidades educacionais dos surdos e 2,65% correlacionam tais questões com o trabalho docente, currículos e cultura surda.

Das pesquisas encontradas, 2,5% se refere ao trabalho desenvolvido em prol de tecnologias assistivas digitais e de acessibilidade aos surdos em ambientes educacionais e sociais em geral. Posteriormente, listamos 1,05% dos trabalhos como pertencentes à investigação de estado do conhecimento acadêmico e análise de trabalhos em geral que

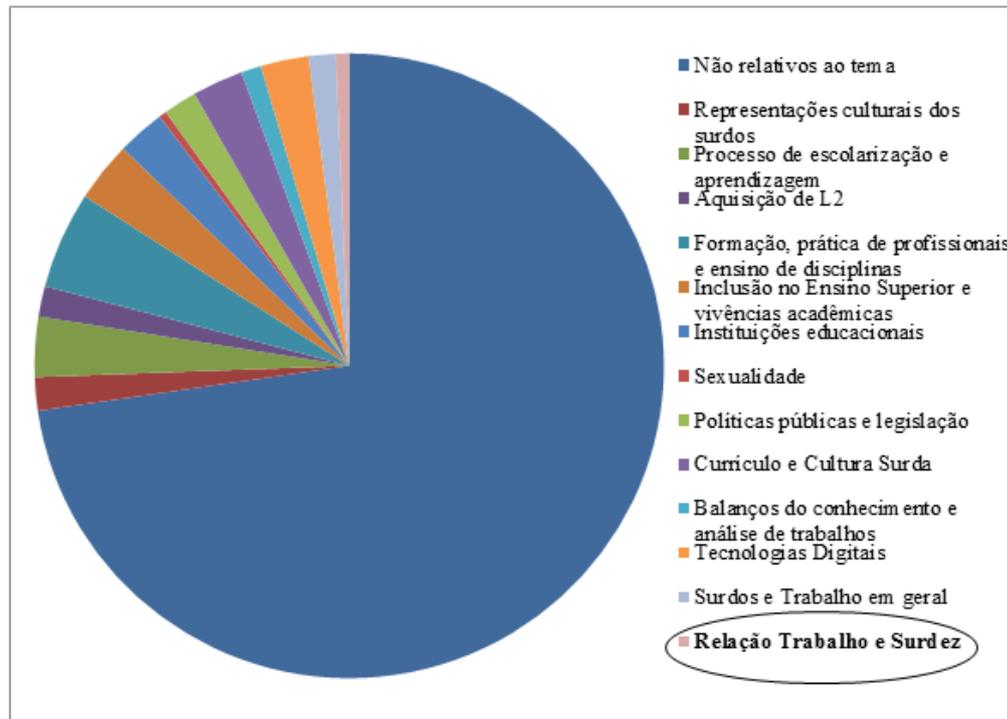
envolvem a temática surda e 3,15% pesquisa vivências de surdos na academia bem como o processo de inclusão no Ensino Superior dessas pessoas.

Por fim, observamos que somente 1,4% das pesquisas listadas na busca se encaixam no pretendido neste estado, ou seja, abordam o tema do trabalho em relação às pessoas surdas. Destes, apenas 0,7% fazem uma abordagem mais profunda sobre a categoria trabalho e as resultantes de tal reflexão em toda a vida social dos surdos; sendo que as demais pesquisas se estendem à investigação do trabalho pedagógico de pessoas surdas e tecnologias digitais na acessibilidade em determinadas áreas do mercado de trabalho.

Diante disso, apenas 04 estudos do total resultante da busca pelos descritores “Trabalho” e “Surdo” filtrados correspondem à exploração da questão inicial proposta neste ensaio. Isto é, apenas 04 pesquisas desenvolvidas evidenciam problemáticas relativas ao direito do surdo ao trabalho, ao processo integral de humanização, de inclusão educacional e social e problematizavam os arranjos advindos de tais fenômenos.

Abaixo, apresentamos um gráfico formulado para melhor visualização da relação de pesquisas e porcentagens obtidas descritas durante a realização do estado do conhecimento anteriormente exposto:

Gráfico 1: Focos de investigação das pesquisas resultantes do estado do conhecimento com os descritores “Trabalho” e “Surdo”



REV

erfaces

Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10/jan/2022. Elaboração das autoras.

É inegável o fato das contribuições de todas as pesquisas resultantes da busca serem relevantes para o desenvolvimento de uma educação e sociedade mais inclusiva. Porém, diante do objetivo aqui pretendido, podemos observar que perante o grande número de trabalhos que exploram questões de trabalho docente em relação a alunos surdos, questões legislativas, de acesso e permanência no Ensino Superior, há a necessidade de encararmos o fato de nossa sociedade muito falar e “legislar” sobre as questões dos surdos, mas ainda poucos fazerem sobre o reflexo disso na vivência desigual tanto em acesso quanto de oportunidade de desenvolvimento social e econômico por meio do trabalho.

Para a continuidade e avanço da pesquisa e do movimento de evolução em relação à extensão de estudos que colaborem para a vida dos sujeitos em todas as facetas sociais, é relevante refletirmos sobre a relação trabalho-surdo estar pautada em uma consciência de trabalho e trabalhador formada pelo capital e suas ideologias.

Por meio do estado do conhecimento proposto, podemos visualizar a escassez que a investigação de tais categorias tem representado e o desvio de suas finalidades que denunciam, consequentemente, uma precarização do trabalho em relação às pessoas surdas, bem como às deficiências em geral. Essa precarização constitui grande característica da atual fase do capitalismo. Perante os estudos analisados, observamos que a discussão de como isto ocorre com as pessoas surdas ainda precisa ser amplamente desenvolvida.

A fragmentação dos grupos minorizados e suas lutas sociais – como as enfrentadas pela comunidade surda e seus direitos linguísticos – a discussão da centralidade do trabalho e sua resignificação perante a atual reestruturação capitalista, tem representado ameaça ao intercâmbio orgânico de formação humana dos surdos devido a consequente privação de desenvolvimento social pleno. Observamos, então, a presença de uma malha de mediações entre o trabalho, sua finalidade, as políticas, dentre outras questões que acabam obstaculizando o trabalho como categoria fundante do ser social e sua centralidade ontológica.

Objetivando formar novos “tipos” de homem para novos “tipos” de trabalhadores diante do capital humano e social, a forma como o trabalho vem sendo encarado e organizado reflete no acesso aos direitos básicos dos cidadãos e em quais questões emergem dessa problematização, como é demonstrado na análise das pesquisas apontadas no estado – sendo

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202217

elas, Gondim (2017), Coqueiro (2020), Farias (2017) e Silva (2017). A apropriação de recursos mínimos para o exercício da cidadania resulta em fenômenos como o desemprego estrutural, expropriação de sentido do trabalho, “uberização” de trabalhadores (FONTES, 2017) e uma educação voltada a disciplinar a pobreza.

Nesse segmento, fortalecer o trabalho como princípio formativo e barrar o crescente avanço de tais problemáticas aponta à necessidade de falar sobre o trabalho como categoria ontológica, de colocar em evidência as questões sociais que a precarização do trabalho e seus reflexos educacionais têm resultado na vida das pessoas, sobretudo relativas à comunidade surda que ainda lança mão de afirmação de um lugar, vez e de protagonismo social.

De acordo com a análise das pesquisas de Gondim (2017), Coqueiro (2020), Farias (2017) e Silva (2017) elencadas no estado em questão, foram expostas as dificuldades que pessoas com deficiência encontram no processo de inserção social, especialmente por meio do trabalho. A tensão - inclusão-exclusão - dos surdos revela fragilidades de caráter relevante a futuras investigações por apontar para áreas diversas que se estendem na vida de cada sujeito e do processo de humanização, como o direito, a educação, a saúde do trabalhador, reconhecimento social e cultural, a cidadania, entre inúmeros outros.

Parte considerável dos ambientes de trabalho ainda está munida de preconceitos, discursos capacitistas demonstrando despreparo e falta de conhecimento sobre a realidade social e as especificidades das pessoas surdas. Levando em consideração as abordagens que os estudos resgatados no estado desenvolveram e o quantitativo ainda escasso de exploração do tema estudado neste ensaio, as contribuições de Gondim (2017), Coqueiro (2020), Farias (2017) e Silva (2017) demonstram que ainda são necessários estudos que busquem compreender esse processo de sinalização de avanços e retrocessos na relação entre trabalho-surdo a partir da ótica das próprias pessoas surdas.

Desse modo, atribuir vez e lugar à discussão sobre o surdo e seu direito ao trabalho estar além do puro acesso, pode contribuir para democratização de informações e possibilidades de conscientização social. Diante das desigualdades advindas de um processo capitalista de organização e produção, pessoas com deficiências estão atreladas a ações afirmativas que possibilitem garantia de seus direitos; porém a permanência desse acesso deve estar pautado na extensão da acessibilidade comunicacional socialmente assegurada, não apenas legalmente. Afinal, políticas de acesso sem políticas de permanência não são suficientes para garantia real

do direito ao trabalho como fundante do ser humano social e de sua humanidade (SILVA, 2017).

As contribuições de avanços como as políticas de acesso são inegáveis e, desta forma, é fundamental vislumbrarmos conquistas em outros âmbitos e avançar da inclusão no Brasil. Porém, também devem ser considerados como passos relevantes à compreensão da necessidade de outras investigações que problematizem a edificação de relações sociais que respeitem as diferenças, os direitos à emancipação e à dignidade de todo e qualquer ser humano, sem distinções de qualquer natureza (ONU, 1948).

Nesse sentido, por meio da análise das pesquisas que se relacionavam com o tema trabalho-surdo elencadas no estado do conhecimento, observamos que questões de desigualdades são as mais notórias em relação ao cerne das problemáticas engendradas na luta por direitos comunicacionais, os quais apontam diretamente às falhas na concretização do processo social de humanização das pessoas surdas permeados pelo desenvolvimento do trabalho. Todo universo simbólico referente à humanização, à socialização, ao acesso e permanência ao trabalho como ontologia são prejudicados num processo de imposição de empecilhos objetivos, subjetivos, de intercâmbios culturais em nome de manutenção organizacional estratégica das desigualdades.

Pensar sobre trabalho caracteriza campo de disputa, sobretudo quando o relacionamos com a questão da surdez. É a partir da concretização de condições sociais que atividades conscientes são desenvolvidas e caracterizam nossa existência. Assim sendo, instrumentos, condições e relações sociais que apontam à humanização dos sujeitos perpassam por sua relação com o trabalho enquanto categoria fundante (MARX; ENGELS, 2008). Desse modo, vemos uma relação direta e inerente entre cultura, linguagem e trabalho, a qual demonstra a naturalidade de necessidade de comunicação a fim de concretização desse processo de desenvolvimento de fenômenos correlacionados (MARX; ENGELS, 2008) e, no caso dos surdos, é dificultado mediante sua especificidade comunicacional.

O trabalho enquanto ontologia faz emergir a necessidade de comunicação (MONTEIRO, 2014). Dessa forma, é possível observar que a questão do surdo e sua relação com o trabalho em contexto social capitalista ainda necessita de discussões que coloquem em evidência a decadência da humanidade, de uma sociedade cada vez mais egocêntrica que acaba

negligenciando e acobertando situações de preconceito veladas em políticas de “boas intenções”.

Podemos perceber na análise das pesquisas listadas um crescimento paulatino da discussão acerca de questões da surdez em áreas diversas, porém notamos que tal crescimento aponta a necessidade de um avanço ainda mais concreto na vida em sociedade no que se referem aos surdos. Tais avanços perpassam em suas percepções como seres singulares e sociais, com a construção de sua cultura e constituição humana ancoradas nas possibilidades de inter-relações com o meio o qual os colocam como produtos e não resultantes, como protagonistas e partícipes de sua própria constituição humana e conquistas sociais.

Inúmeras vezes – como observamos na análise dos estudos do estado do conhecimento – as possibilidades de desenvolvimento e realizações sociais, políticas e pessoais são atribuídas a terceiros (como professores que trabalham com a inclusão, empregadores que seguem a lei e contratam uma ou duas pessoas com deficiência), quando deveriam ser atribuídas àqueles que a desenvolvem, vivenciam-na, superam-na, são diretamente sujeitados e afetados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em emancipação humana, dignidade, liberdade e direitos à educação e ao trabalho diante da atual conjuntura social do país e das relações estabelecidas pela sociedade capitalista constitui tarefa desafiadora, mas, sobretudo, de resistência. Desde os estudos desenvolvidos como os de Marx, vemos anúnciação de que a verdadeira história humana pode ser trilhada após superação do capitalismo e seus pressupostos de alienação e exploração.

Ao fomentar e realizar exercícios como o desenvolvido neste estudo estamos indagando, além do fazer epistemológico, quais são os objetivos de desenvolvimento da pesquisa na atualidade, porquê fazê-la, qual seu sentido, qual sua relação com a realidade, sua contribuição social e como nossas escolhas influenciam a construção de ações micro que reverberam num cenário macro de possibilidades sociais.

Diante disso, o estado do conhecimento desenvolvido demonstrou que a pesquisa faz sentido quando possibilita relação com a realidade por meio de processos de construção de conhecimentos, de problematização dessa realidade, de possibilitar o movimento do pensamento no qual se forma o pesquisador e expor a necessidade de estudos de temas ainda escassos (SEVERINO, 2012).

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202217

Com objetivo de contribuição e continuação do desenvolvimento da inclusão social das pessoas surdas, a pesquisa se tornou parte e meio de ratificação da necessidade de constante discussão para evolução e superação de barreiras, para ser possível cumprir premissas fundamentais como as dos Direitos Humanos (ONU, 1948) que estendem às mais variadas ramificações da vida dessas pessoas, o direito de ser humano, de apropriação de sua humanidade, de socialização, de trabalho, educação de qualidade e para todos.

Entender a educação, o trabalho, dentre outros processos da constituição social humana, como direitos subjetivos é entender que essa relação deve ser assegurada a todos indistintamente. Relações estas que assegurem o acesso à cultura produzida historicamente pelo ser humano na sua transcendência da natureza, compreendendo cultura como sendo tudo aquilo que foi e é criado pelo ser humano (os conhecimentos científicos, filosóficos e culturais). Quando é negado esse direito a alguma pessoa, os processos de educação, trabalho, constituição identitária, cultural, de emancipação, deixam de ser direito e se tornam privilégios. Nessa perspectiva, reafirmamos que o direito ao trabalho, à educação e à edificação social é extensivo a todas as pessoas, mesmo aquelas que possuem algum tipo de deficiência e especificidades – como a comunicacional dos surdos.

Ao nos colocarmos no lugar do próximo estamos colocando em xeque toda estrutura de lógica de produção desumana, a qual contribui com a constante banalização do homem, sua dignidade e direitos fundamentais. Dessa forma, ao analisar estudos como proporcionado pelo estado realizado e falar sobre temas ainda pouco abordados, estamos contribuindo com a superação de problemáticas ainda tão recorrentes na contemporaneidade como as desigualdades e precariedades observadas na relação trabalho e surdos, além de colaborar para frear o processo de o determinante virar determinado (FRIGOTTO, 2006) para prezar pela humanidade e sua humanização. Por meio de tal movimento, é possível que deixemos combates arcaicos e constantes para vislumbrarmos a construção do futuro do trabalho, no qual sejam consideradas dimensões humanas e sociais além das estruturais.

Portanto, o movimento pretendido neste trabalho possibilitou-nos, não somente elencar pesquisas e temáticas desenvolvidas nos últimos anos, mas também a abertura de novas possibilidades e necessidades de investigações visando contribuição para continuação da pesquisa e suas colaborações para a edificação de uma sociedade que preze pela justiça, sobretudo nas relações entre a categoria trabalho e o âmbito das deficiências.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202217

Foi possível perceber a precarização da situação de trabalhadores surdos por meio da análise das pesquisas, a desumanização pela qual são sujeitados e a desapropriação do trabalho em seu sentido de afirmação da essência humana. Assim, percebemos que aspectos de degradação dos sujeitos, a retirada de sua dignidade em favor da sustentação de discursos e interesses burgueses – perante a banalização do homem e sua dignidade, liberdade totalmente cerceada e lógica de produção e acumulação capital descabida – é realidade na vivência das pessoas com surdez e necessitam de maiores investigações para contribuir na edificação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 07 a 42.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

ANTUNES, Caio. Acerca da dissociabilidade entre as categorias trabalho e educação. In: PREVITALI, Fabiane Santana. **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xâma, 2012. p. 55 a 72.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 jul. 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14191**, de 03 de agosto de 2021. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 15 ago. 2021.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202217

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, p. 5-15. 2003.

COQUEIRO, Flavia Thayna Tapajos. **Pessoas surdas: uma relação entre a inserção ao trabalho formal e a educação “inclusiva”**. 2020. 104 f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FARIAS, Marcos Andre Soares. **O universo simbólico dos surdos e sua inserção no contexto da organização formal**. 2017. undefined f. Dissertação. (Mestrado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. In: **Marx e o Marxismo**. v.5, n.8, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 35-41.

GAMBOA, S. Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GONDIM, Tais Gentil Nogueira. **A inclusão do servidor surdo com deficiência auditiva no serviço público federal**. 2017. 88 f. Dissertação. (Mestrado em saúde, ambiente e trabalho) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 2017.

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?**. São Paulo: Editora Paulus, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3. ed. Tradução: L. C. de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MONTEIRO, Rosa Maria Godinho. **Surdez e Identidade Bicultural: como nos descobrimos surdos?**. 2014. 163 f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Biblioteca Depositária: BCE-UnB, Brasília, 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos**. 10 de dezembro de 1948, Paris. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202217

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. Offe e seus questionamentos sobre categoria trabalho. In: ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 61-77.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, PR, v. 6, n. 19, p. 37-50, set/dez, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acessos em: 14 jul. 2022.

SAVIANI, Demerval. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei (org). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegações Publicações, 2017. p. 31 a 45.

SEVERINO, A. J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. BIANCHETTI, L; MACHADO, A. M. N (Orgs.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 82-101.

SILVA, Larissa Jorge. **O surdo e o direito ao trabalho: para além do acesso**. 2017. 92 f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, 2017.